



Anais da Assembléia

N.º 23

CURITIBA, SEGUNDA FEIRA, EM 28 DE MARÇO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 1977.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (39); achando-se ausentes os Senhores Deputados Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Domício Scaramella, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Wilson Fortes, Paulo Camargo e Alfredo Gulin (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. ENÉAS FARIA — Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra V. Exa., para questão de ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, por não ter lido e nem ter ouvido anunciado, entretanto, com o respeito e a fé que merece a imprensa do Paraná, de ontem para hoje, tomo conhecimento de que estaria anunciada e preparada a discussão e votação de um veto governamental, que incide sobre o Estatuto do Magistério do Estado do Paraná.

Quero, Sr. Presidente, dizer, que talvez não só eu mas tantos outros Deputados passaram, a partir de ontem, e até este momento, a ser, com toda a justiça e com toda a razão, assediados pelo professorado aflito e angustiado, a respeito desta matéria. Desinformados, sem saber o que ocorria, não pudemos também tranquilizar aqueles que vieram buscar uma informação correta e segura.

Por isso, Sr. Presidente, aguardei até o final da leitura da ata, porque poderia V. Exa., no uso das prerrogativas que lhe compete, ter anunciado na sessão de sexta-feira, a Ordem do Dia onde estivesse incluído esse Veto Governamental para a próxima sessão.

Então, formularia a V. Exa. esta indagação: há especulação em torno do assunto ou V. Exa. efetivamente anunciou e não constou da ata?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência responde a questão de ordem levantada por V. Exa. e informa que desejando a presença da maioria dos Srs. Deputados, de ambas as bancadas, na sessão destinada à apreciação do Veto Governamental aposto ao Estatuto do Magistério, entrou em contacto com os Srs. Líderes Trajano Bastos, do MDB e Luiz

Roberto Soares, da ARENA, solicitando a que ambos sugerissem à Presidência qual o dia da semana mais propício para a discussão.

A Presidência recebeu, de ambos, a sugestão de que os dias mais favoráveis para apreciação de matéria importante deveria ser terça-feira, quarta ou quinta, razão pela qual e considerando que amanhã, dia 29, em razão do feriado municipal possivelmente não teríamos em Curitiba a grande maioria dos Srs. Deputados, a Presidência está desejando anunciar terça-feira, para a Sessão Ordinária de quarta-feira, também pelas razões levantadas pelos dois líderes; que o veto fosse objeto de apreciação pelo Plenário, numa sessão ordinária, com tempo suficiente para ser discutido como merece o assunto. Considerando, principalmente, que na reunião extraordinária o tempo seria exíguo para que as duas bancadas pudessem analisar os vetos parciais pelo Sr. Governador, ao Estatuto do Magistério.

É, portanto, pensamento da Presidência anunciar, ao término da sessão ordinária de terça-feira, para a reunião ordinária de quarta-feira. Informa aos Srs. Deputados também, que o Departamento Legislativo já comunicou à Presidência encontrar-se a matéria em condições de ser incluída na Ordem do Dia.

A Presidência consulta se V. Exa. está satisfeito com a informação.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, mesmo porque acabo de ser informado pelo Líder do meu Partido, que embora a imprensa houvesse noticiado, na sexta, no sábado e no domingo e na segunda, hoje pela manhã a liderança foi convocada para esse ajuste com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Poderá ter havido confusão com a Mensagem Governamental que trata do aumento do Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado, do Poder Judiciário, da Assembléia Legislativa do Estado, que está em terceira discussão para a presente sessão.

Continua em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 60/77

Curitiba, 22 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e os municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.

MUNICÍPIOS	DATA DA CELEBRAÇÃO
Piraí do Sul	31/12/76
Bandeirantes	31/12/76
Adrianópolis	22/12/76
Piraí do Sul	31/12/76
Marilena	31/12/76
Alvorada do Sul	31/12/76
Santa Inês	31/12/76
Cruzeiro do Sul	31/12/76
Andará	31/12/76
Congonhinhas	31/12/76
Floraí	31/12/76
Piraquara	31/12/76

O interesse público na aprovação da medida ora submetida

à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o número 964/77, do Senhor Coordenador Regional do INCRA, AROLDI JOSÉ MOLLETA, encaminhando ofício subscrito pelo Dr. Santin Guernieri Filho, Supervisor do Grupo de Cooperativismo, comentando sobre a posição do processo de reforma estatutária da Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Jandaia do Sul Ltda. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Ilustríssimo Senhor ALDO SAFRAIDER, Escrivão Criminal na Comarca de Cândido de Abreu, elogiando a medida tomada pelo Governo do Estado, quando do envio de mensagem fixando o aumento de vencimentos dos Servidores do Estado, ressaltando porém, conter a referida mensagem, um grande equívoco, principalmente aos Escrivães Criminais de Egrância Inicial, nível PJ-24. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscrive, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de pesar pelo desaparecimento de Luiz e Clemente Percegon, ocorrido no último dia 24, vítimas de brutal latrocínio.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

O assassinato dos irmãos Percegon, proprietários do Moinho Percegon, localizado na avenida República Argentina, entristeceu sobremaneira a população do bairro do Portão, chocando a população curitibana.

Estarrecidos, os curitibanos assistem uma célere elevação de hediondos e nefastos crimes. A população está intranquilha e reclama maior policiamento, segurança mais efetiva, para que possa trabalhar em paz. A família paranaense não pode continuar vivendo neste clima de tensão e amedrontamento. Fato como o ocorrido no Portão não pode se repetir. Associo-me às manifestações de pesar pelo infausto acontecimento, pelo bárbaro crime perpetrado contra pessoas tão estimadas e respeitadas como os Percegon.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, em nome da Liderança do MDB, requer a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Vicente Alencar Barbosa, genitor do Deputado Federal Alencar Furtado, ocorrido na cidade de Fortaleza.

O extinto era pessoa de grande prestígio nos meios sócio-culturais cearenses, deixando viúva a Srs. Maria Furtado.

Outrossim, solicita seja dado ciência da manifestação do Plenário, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1977.

(a) TRAJANO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Assembléia Legislativa do Paraná, requer:

1 — seja inserto, na ata dos trabalhos desta sessão, voto de pesar pelo falecimento do senhor OSWALDO MOREIRA MONTENEGRO, membro proeminente da prestigiosa e tradicional família da cidade e município da Lapa, neste Estado;

2 — seja, desta decisão, dado ciência ao irmão do pranteado, o eminente doutor Wilson Moreira Montenegro.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1977.

(a) JOÃO FADEL

JUSTIFICATIVA:

A 23 de março corrente, a sociedade lapeana foi abalada com a notícia de falecimento de OSWALDO MOREIRA MONTENEGRO, pessoa que todos aqueles que conheceram as virtudes que exornavam seu caráter, aprenderam a respeitar e ver nele, um exemplo dignificante a ser seguido de pai, esposo, filho e cidadão responsável.

Pertencente à tradicional e prestigiosa família de tronco lapeano, soube sempre honrar o nome impoluto que ostentava, sem, contudo, perder a naturalidade e a afabilidade no trato com todos, traço marcante de sua personalidade que pretendia sempre só ver o lado bom de seus semelhantes.

Funcionário público federal, prestou, por longos anos, mais serviços à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e soube sempre, no exercício de suas funções, ser o servidor eficiente, competente e responsável que não admitiu, nunca, que fatores extra-serviço, prejudicassem a execução das tarefas lhe atribuídas.

Assim, sendo certo ainda que a par das qualidades que contornavam e informavam sua personalidade soube o pranteado OSWALDO MOREIRA MONTENEGRO conquistar a confiança, o respeito e a amizade de seus concidadãos, entendemos ser mais que justo e oportuno que este Poder Legislativo se manifeste, oficialmente, por ocasião daquele passamento, que traumatizou a sociedade lapeana e teve, ainda, larga repercussão em todos os quadrantes de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, mui digno Secretário da Segurança do Paraná, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes, no sentido de fortalecer o policiamento da comarca de UBIRATÁ, que no momento se encontra sem condições de conter a grande onda de assaltos e roubos de veículos e de estabelecimentos comerciais, verificados quase que diariamente na comarca e, que atemoriza a população sem contudo a polícia local ter, até hoje, conseguido desbaratar a quadrilha que age na região.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1977.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

A justificativa para o nosso requerimento, já está quase que inserida no próprio contexto. Acrescentando, podemos afirmar, que UBIRATÁ sempre foi uma das mais pacatas cidades do Oeste do Paraná, tendo em vista a sua grande população laboriosa e dinâmica. É com surpresa que a população acompanha a grande onda de assaltos e roubos de veículos e estabelecimentos comerciais verificados quase que diariamente.

O último que podemos registrar, foi o roubo da COMERCIAL UBIRATÁ, onde os amigos do alheio levaram Cr\$ 50.000,00 em mercadorias, aproximadamente.

Deste e de tantos outros verificados, a polícia até hoje tem se demonstrado inoperante.

Por isso, o nosso requerimento merece ser aprovado para que as providências possam ser tomadas.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 31/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “Guarda Mirim de Primeiro de Maio”, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A Guarda Mirim de Primeiro de Maio, fundada em 07 de agosto de 1975, é uma associação com a finalidade de amparar crianças carentes de recursos financeiros, criando, implantando e promovendo programas de saúde, alimentação, educação, instrução e profissionalização desses menores, visando a integração social e o desenvolvimento físico e intelectual dos mesmos.

Seu estatuto estabelece no art. 11 que seus dirigentes não recebem qualquer tipo de remuneração.

Referidos estatutos se acham devidamente registrados e publicados no Diário Oficial, bem como a referida instituição se ache devidamente registrada na D.O.R. do Instituto de Assistência ao Menor.

Acha-se em pleno funcionamento e atende as exigências legais.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a Leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Declino, para falar no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, segundo orador inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa presença na tribuna, é para apresentar e justificar requerimento de nossa autoria, em que prestamos uma pequena homenagem à cidade de Curitiba, pelo seu aniversário que amanhã transcorre.

E também requeremos a transcrição nos Anais da Casa, de um artigo publicado hoje, na “Gazeta do Povo”, por Wanderley Dias, que destaca o seguinte:

“No mundo o Brasil; no Brasil, o Paraná; no Paraná, Curitiba. Não se trata de nenhum bairrismo equívoco inaceitável, mas apenas de uma confissão de carinho, minha Curitiba a que eu amo e que também me ama... E como eu saio ganhando com esse amor, Curitiba minha, que me das tão muito em troca do tão pouco com que eu te retribuo...”

Que curioso é amares a tantos e tantos te amaram e não haver infidelidade, adultério nesse amor repartido e convívio... Porque teu céu, tuas flores, teus sonhos, teu verde, teus moços, tuas moças, tua gente, teu coração, teus fantasmas são de todos e todos estão a cada dia, a cada noite a te dizerem que te querem... Queremos-te Curitiba, até no maldizermos o teu tempo, portador das gripes infalíveis das quais já tivemos umas duzentas e trinta e muitas na nossa permanência contigo...

O tempo é o único de teus amados inconstantes... ou talvez sua notória inconstância seja a constância da incerteza que o caracteriza.

Mas não praguejamos tanto... até que em 1976/77 tivemos verão... Que os historiadores o registrem para os incrédulos do futuro que te verão devolvida ao tempo que é a tortura dos meteorologistas...

Curitiba de poetas tantos, de versos mil, e cuja maior poesia és tu mesma... Poesia ferina, sarcástica da Boca Maldita, ou poesia romântica, lírica, sentimental, dos poetas de antes e do que ainda hoje se atrevem a cultivar os versos...

Se eu pudesse fazer-te um pedido, Curitiba, seria para que

não crescesse muito...

Entendo, cidade querida: não é que deseje que pares ou que retrocedas...

Nada disso... Também não posso desejar que sejas um privilégio apenas para alguns...

O que eu desejaria, caso isso possível, é que teu crescimento não te transformasse numa não-cidade: o que eu desejaria, caso isso não estivesse na categoria dos milagres impossíveis, é que a gente ainda conhecesse gente nas tuas ruas, nas tuas casas, nos teus onde-ir e onde-chegar...

Eu prefiro que sejas uma cidade de uns quantos mil de conhecidos, do que sejas de alguns milhões de adversários em civilizada — e às vezes nem tanto assim — luta de todos os dias contra os inimigos-semelhantes...

Tuas festas de aniversário precisam continuar a ser nossas e não apenas sinal de um envelhecimento em alma, triste consolo para um crescimento somente material...

Já que não podemos voltar atrás, nos tempos em que Correia Júnior podia chamar-te de “Mamãe Curitiba em que nem os mendigos pedem esmola”, que tenhamos o direito de esperar por sigas sendo um lugar onde a gente anda nas ruas distribuindo cumprimentos, onde a gente ainda sente tristeza com alguns avisos pregados nas paredes tradicionais...

Que teus aniversários não te encaneçam e nos rejuvenesçam... nos novos curitibanos que vejamos amando-te em substituição aos que nos estamos indo e aos que já se foram...

Curitiba lendária que tem até um exército particular, dos muitos soldados que se apaixonam pela cidade e pelas cidadinas e acabam aqui comandando filhos e obedecendo a netos...

De nomes de bairros simplesmente sem igual... de praias que não ficam aqui, mas lá no litoral e cujos habitantes são nossos conterrâneos ou desejam sê-lo um dia.

Dos frios mortais que são aquecidos em corações que palpitam... Onde ainda há serenatas e onde ainda existem amigos...

Esta a Curitiba que amamos, que nos ama, generosamente, sem ciúmes, numa fidelidade que vai além da vida de cada um... Teu dia é nosso... tua festa é nossa...

Minha Curitiba querida, minha aniversariante Curitiba dos parabéns que são todos nós... cidade-sorriso que chora conosco as nossas mágoas e canta conosco as nossas alegrias...

Curitiba onde a felicidade disse na voz do índio... É aqui... porque realmente é aqui...

Acreditamos ser esta uma homenagem que se presta à nossa querida “Cidade Sorriso”.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que apresentamos à mesa o seguinte requerimento: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de regozijo pela passagem, dia 29, amanhã, do aniversário da cidade de Curitiba.

Requer ainda, a inserção nos Anais, do comentário do jornalista José Wanderley Dias, publicado na edição de hoje da “Gazeta do Povo”, sob o título “Minha Curitiba dos Parabéns”.

Sala das Sessões, em 28 de março de 1977.”

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Declino, Sr. Presidente, do uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Uma vez que o Sr. Deputado Gabriel Manoel, declina do uso da palavra, concedo-a ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): “A Assembléia Legislativa, deverá apreciar nas próxi-

mas sessões o Veto Governamental, sobre o Estatuto do Magistério. Sabe-se que entre as partes vetadas, algumas são da autoria do próprio Governo, que espontaneamente e por iniciativa própria, enviou ao Legislativo, onde receberam aprovação.

As razões que levaram o Sr. Governador a voltar atrás e vetar a sua própria iniciativa, são desconhecidas, porque as justificativas alinhadas para o Veto, são omissas. Assim, apenas quem detenha uma bola de cristal, poderá ter condições de apreciar a matéria, pois objetivamente e com a isenção de ânimos que a Casa deve estar imbuída, ninguém fará um julgamento correto, pela exclusiva falta de informações.

Temos assistido no Paraná, com relação ao Magistério, o verdadeiro abuso de poder. O Decreto 1495, causou restrição violenta no direito individual de ponderada parcela do professorado deste Estado. O Estatuto enviado pelo Executivo a esta Assembléia, ficou muito longe da pretensão e das necessidades do Magistério, em nada contribuindo pela causa da Educação. O Veto ao Estatuto, inclusive de artigos originais do ante-projeto governamental, caracteriza o despotismo dos atuais detentores do Poder, cuja vontade pessoal aflora aos limites do interesse público e se alça num plano de infalibilidade.

Todavia, o verdadeiro abuso de poder e autoridade é aquele que o Sr. Governador comete, não apenas com o Magistério, mas principalmente com os homens que integram este Poder. Data Vênia, se não existe Lei expressa para que a Tabela de Vencimentos do Magistério já fosse conhecida, quando da discussão do Estatuto, por ser um anexo seu, nesta oportunidade existe a obrigação da moral, do cavalheirismo e do bom relacionamento entre os poderes, para que a harmonia do Governo como um todo, objetivasse encontrar o interesse público. Ao não publicar a Tabela dos Vencimentos do Magistério, exigência do Estatuto, comete o Governador do Estado do Paraná, evidente abuso de autoridade pois retira dos Senhores Deputados valioso subsídio para julgar o Veto Governamental. Presentemente, este Poder manifesta-se sobre os vencimentos do funcionalismo público do Estado, sobre o qual aliás recebeu a seleta bancada situacionista a orientação de não permitir alterações, como se exemplificou por ocasião da apreciação de emendas, e em tais circunstâncias, nada está a impedir que o Governo publique a Tabela de Vencimentos do Magistério, a não ser que seja tão achatada que possa sensibilizar os dignos componentes da Bancada Arenista levando-os a tomarem uma posição de independência, quanto ao mérito dos vetos. De qualquer maneira, a ausência da tabela, revela no mínimo a falta de consideração com que este governo trata os Representantes do Povo, sonhando elementos imprescindíveis e quebrando as regras protocolares de mútuo e recíproco dever de fazer-se as coisas às claras e no interesse do bem público, exclusivamente dele."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendemos que o mandato que um homem público recebe do povo é, acima de tudo, uma coisa seríssima, e que o Parlamentar investido dessas funções públicas deve ter muita responsabilidade para ser o porta-voz dos anseios da região, da área e da população que representa.

E nem sempre o mandato do homem público é formado, é composto, apenas de momentos agradáveis. E é evidente que o sonho, o ideal, de todo homem público é sentir, é ver, seu povo feliz; é sentir, é ver, seu povo tendo seus direitos fundamentais respeitados, mas, tendo acima de tudo, a certeza de que vive num clima de paz, de tranqüilidade, num clima que dê condições, que permita, o desenvolvimento do homem, do

indivíduo, da família como célula, da Nação como instituição.

Quando estivemos aqui, desta tribuna, usando os 5 minutos do Pequeno Expediente, o fizemos não com alegria, Sr. Presidente; não com satisfação, Srs. Deputados, mas o fizemos em razão do mandato que o povo nos conferiu. Denunciávamos, aqui desta tribuna, a possibilidade da existência de um surto de tifo em Maringá, em nossa região. E entendíamos, como continuamos a entender, que os homens que estão investidos da função pública têm a obrigação de zelar pelo bem-estar do povo, pela tranqüilidade da população, e jamais para defender interesses de grupos econômicos e políticos.

Pretendíamos, sem alarme; pretendíamos, sem sensacionalismo; pretendíamos, com urgência urgentíssima, que esta Casa se manifestasse, como se manifestou por unanimidade, que providências urgentíssimas fossem tomadas pelo Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social do Estado do Paraná, no tocante a uma possibilidade de tifo que estaria ocorrendo na região de Maringá, possivelmente vinda da região matogrossense, por meio de motorista que lá teria contraído a moléstia, e possivelmente, contagiado a população de Maringá, ou parte dela.

Parece-nos, Srs. Deputados, que no caso de saúde pública que é suprema lei, um caso apenas de uma moléstia contagiosa, já devia ser motivo de providências urgentes.

Foi assim que fizemos, foi assim que fomos recebidos por esta Casa, foi assim que o Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social entendeu, e para lá dirigiu uma equipe de médicos, e para lá seguiram medicamentos, e para lá seguiram 20 mil vacinas.

De fato, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fomos contestados na nossa afirmação. Nós que, no exercício do mandato de Deputado Estadual, não conseguimos acesso ao Frigorífico Central S.A., a fim de verificarmos, pessoalmente, o que ali estava ocorrendo.

Então, usamos desta tribuna que é do povo, e aqui fizemos denúncias — não que existiam 40 casos, mas que poderia existir casos de tifo, em Maringá. E segundo nossa verificação, existem 36 casos. E providências foram tomadas. O Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social do Estado, segundo transcrição do jornal "Gazeta do Povo", de 24 de março, traz a seguinte nota: (Lê): "Bernardi atendido; Saúde já em Maringá. O requerimento do Deputado Renato Bernardi, "sobre possível surto de febre tifóide na cidade de Maringá, repercutiu, ainda ontem, no Setor de Epidemiologia da Secretaria de Saúde, tendo o médico Paulino Iwane Kotaka deslocado à noite uma equipe especializada destinada a efetuar os levantamentos necessários. Segundo Paulino, são treze e não 40 os casos, prestem atenção, que foram levantadas oficialmente.

Mas a palavra final só poderá ser dada após o trabalho da equipe médica". E então o Estado do Paraná que tem um Secretário do porte de Arnaldo Busato, e sua equipe, instantes após a denúncia, se desloca para o Interior do Paraná e constata, oficialmente, a existência de 13 casos de tifo.

Mas, em Maringá tem um preposto que acumula as funções de médico-chefe do Distrito Sanitário, de médico do Centro de Psicologia Aplicada da Universidade de Maringá, e também Secretário de Saúde e Bem-Estar Social do Governo, João Paulino Vieira Júnior; este homem vai à televisão e à imprensa, ao invés de apontar as medidas que o Sr. Secretário de Saúde do Estado, Arnaldo Busato tomou em benefício do povo de Maringá, apenas porque foi um relapso, porque foi um homem que tentou encobrir os interesses do frigorífico central de Maringá, muito mais do que médico da Saúde Pública é defensor dos interesses particulares de meia dúzia, este homem que vai até à televisão e vai à primeira página, com um noticiário pago, porque aqui, Srs. Deputados, está a notícia em negrito, constatando claramente que é matéria paga, lamentando não ter a possibilidade de possuir um Ato Institucional número 5 particular, para seu uso e seu deleite, quando diz o

seguinte: Godinho, este é o nome do médico, diz que fecha frigorífico e desmente surto de tifo em Maringá.

Não fecha Frigorífico, porque é um relapso, e não desmente porque é um subalterno da Secretaria de Saúde do Estado que, oficialmente, confirma a existência de 13 casos em nossa cidade.

Mais, vai mais longe este homem.

Se pensa que Maringá vive da boa imagem pregada na imprensa, ele se esquece da obrigação fundamental do homem público.

O homem público deve zelar pelo bem estar da população e nunca pela imagem de uma administração ou de um seu "chefete" político.

Diz o seguinte: "o Secretário de Saúde do município, Antônio Godinho Machado, disse ontem que mandará fechar o Frigorífico Luso Brasileiro Central, caso os diretores da empresa não sanarem o problema da poluição olfativa dentro dos prazos previstos em Lei."

Ele se importa muito mais com a poluição olfativa porque mora no setor do Frigorífico.

Com a saúde do povo não, porque ele mora na zona privilegiada da cidade, na Zona Dois, perto do Maringá Clube.

E o surto de tifo, Srs. Deputados, está invadindo a Vila Bosque, está invadindo a Vila Lili e a Vila Cleópatra, está invadindo os bairros populares de Maringá.

E continua: "por outro lado, Antônio Godinho fez severas críticas ao Deputado Estadual Renato Bernardi, desmentindo que haja um surto de tifo em Maringá".

Não desmente Renato Bernardi, Godinho desmente o seu Chefe, o Deputado Arnaldo Busato, desmente o seu Chefe, o Médico Paulino Kotaka, desmente o órgão que ele diz representar em Maringá, que confirma oficialmente 13 casos de tifo em Maringá.

Ele, que também é chefe do XV distrito sanitário de Maringá, afirmou que o Deputado Renato Bernardi, pasmem Srs. Deputados, deveria ser enquadrado na lei de segurança nacional, por espalhar pânico na população.

Godinho diz que não se pode confundir suspeição com positividade quando se referiu que, de fato, foram constatados 44 casos suspeitos de tifo.

Sobre o Frigorífico Central diz que o mau cheiro não traz doença alguma, só perburba um pouco.

Eu sinto o problema, porque moro ali perto do frigorífico.

Este homem é um irresponsável.

Tem o aparte o nobre Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Nobre Deputado Renato Bernardi, entendo que o Dr. Antônio Godinho Machado, médico chefe da Unidade Sanitária de Maringá, por delegação do Estado, médico do centro de psicologia, do Psicotécnico de Maringá, eu entendo que o Dr. Antônio Godinho Machado realizou um excelente trabalho como médico chefe do distrito sanitário de Maringá; cheguei até a propor matéria neste sentido, nesta Assembléia, que foi acolhida, por unanimidade, nesta Casa.

Mas, nessa época, o Dr. Godinho Machado ainda não ocupava o cargo de Secretário de Saúde de Maringá e, eu começo o perceber, profundamente entristecido, Deputado Bernardi, que o Dr. Godinho é que realmente está contaminado.

E contaminado de uma doença muito séria e de terríveis conseqüências para uma comunidade progressista e exuberante como a nossa cidade de Maringá.

E, sabe qual é a doença que está envolvendo o Sr. Godinho Machado?

É essa que tomou conta do Prefeto de Maringá, João Paulino Viana Filho.

A mesma filosofia rasteira de governo; mentirosa e nazista que João Paulino está implantando em Maringá, pois o homem teve a capacidade de parar a cidade.

Nós chegamos, hoje, de Maringá, e Maringá está estacionada; perseguições, mentiras, declarações as mais absurdas para tentar desmerecer e deslustrar o governo extraordinário que foi o de Sílvia Barros.

Há, inclusive, na Prefeitura de Maringá, um cidadão que todos já conhecemos por "Polaco", é a alcunha do "dedo duro" da gestão do Sr. João Paulino Viana Filho que se principia.

É o que tem a incumbência de fazer as listas dos funcionários que não rezaram a cartilha de S. Exa. para que possam ser perseguidos pelo atual Prefeito.

Pois é isso, lamentavelmente.

V. Exa. pode crer que se o Dr. Antônio Godinho Machado foi aos nossos órgãos de imprensa ofender o Deputado Renato Bernardi pela preocupação atualíssima de levar socorro médico para nossa população que, realmente, está em pânico, V. Exa., nobre Deputado Renato Bernardi, tenha a certeza que o povo de Maringá está consigo e espera que sua luta prossiga para que possa ser extirpado este problema do tifo.

O Sr. Godinho Machado é quem mente e, mente, descaradamente, duas vezes:

A primeira, é dizer que não há tifo em Maringá, quando o seu superior admite isto.

Declara, inclusive, quando o próprio povo de Maringá começa a se manifestar através dos nossos órgãos de imprensa, e, nós que lá estivemos, sabemos disto.

A segunda mentira do Sr. Godinho, é afirmar que fecha o Frigorífico Luso-Brasileiro Central que já devia ter sido interditado há muito tempo, porque Maringá está em pânico por causa da poluição terrível que está a se espalhar por quase a metade de Maringá, gerada por este Frigorífico irresponsável que tem a convivência da atual administração pública.

Por que? Porque se escorregou dinheiro para a campanha do Sr. João Paulino, e bastante.

Maringá diz, se propala pela cidade, que mais de 200 mil cruzeiros saíram só da Tesouraria do Frigorífico Luso-Brasileiro Central.

Ora, Sr. Deputado Renato Bernardi, eu duvido muito que o Dr. Antônio Godinho Machado feche realmente o Frigorífico Luso-Brasileiro Central ou tome uma atitude inflexível, de homem preocupado, de homem sério, que possa proteger Maringá contra aquela terrível fedentina.

Aliás, eu proponho a V. Exa. que nós três principalmente V. Exa., o Deputado Antônio Facci e este Deputado, contando eventualmente com a participação do Deputado Jorge Sato, e do Deputado Luiz Gabriel Sampaio iniciemos já: vamos exigir medidas da Secretaria de Saúde para que o Frigorífico Luso-Brasileiro Central seja interditado incontinenti.

Vamos buscar o apoio dos nossos companheiros desta Casa, porque estive em Maringá este fim de semana e a população reclama uma atitude imediata das nossas autoridades responsáveis.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte do nobre Deputado Valter Pietrângelo que vem efetivamente confirmar a situação que está hoje em Maringá.

Enquanto o Estado do Paraná, tem, na pessoa do Secretário Arnaldo Busato, parece-me que uma pessoa preocupada com os problemas do Estado, tem, na pessoa deste preposto da Secretaria da Saúde, lá em Maringá, um homem que mente, omite-se e, acima de tudo, como Secretário de João Paulino, defende os interesses daqueles que apoiaram o homem que está hoje na Prefeitura de Maringá.

Na mesma edição, o mesmo Godinho afirma o seguinte: "Contrariando o pronunciamento do Deputado Renato Bernar-

do, de que estaria havendo um surto de tifo em Maringá, o chefe do 15.º Distrito Sanitário e Secretário de Saúde do município, Antônio Godinho Machado, desmentiu a ocorrência de tal fato”.

É ele o único funcionário do Estado do Paraná que dá tempo integral, de dia, para o município, à noite para o Estado e de madrugada para o Centro de Psicologia aplicada à Universidade e, nas horas vagas, ainda faz política de seu partido, ou de uma ala de seu partido.

“Em campanha do médico Jair Pazello, que veio de Curitiba especialmente para tratar do assunto, Godinho percorreu os hospitais da cidade durante todo o dia de ontem, e no final da tarde emitiu nota oficial em que afirma terem sido constatados 44 suspeitas”.

Este Deputado, deste tribuna, afirmou que havia em Maringá, cerca de 40 suspeitos de tifo.

Então confirma o que eu disse.

“... e menos de 10 casos confirmados”.

Ora, Sr. Presidente, se a doença é contagiosa, se ela põe em risco a nossa população, bastam dez casos, bastam cinco casos, bastam dois casos, como bastaria um único caso.

O que não pode é que o representante da Secretaria de Saúde do Estado esteja em Maringá para se omitir, para acobertar interesses de grupos econômicos, e, acima de tudo, para defender apaniguados políticos seus.

Eu sei o que ele tem contra este Deputado, como tem contra o Deputado Valter Pietrângelo, como tem contra o Deputado Antônio Facci.

Tem a mágoa de nunca ter conseguido disputar uma eleição; de nunca ter passado pelo crivo da navalha do IBOPE popular.

E precisa, isto sim, ser sempre alvo das antesalas dos gabinetes oficiais.

Isto é o que ele precisa, como tantos e tantos estão a engrossar os partidos oficiais.

Engrossaram os partidos que estavam no Poder antes de 64 e hoje estão a bater palmas ao sistema que está aí.

E quando este País volta à normalidade democrática, eles serão os primeiros homens a bater palmas, novamente, às conquistas e às vitórias do governo do Brasil.

O SR. JORGE SATO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Acompanhei o pronunciamento de V. Exa. em relação ao problema que surgiu em Maringá, sobre a epidemia de febre tifóide.

Não tinha tomado conhecimento das declarações do Médico-Chefe, Dr. Antônio Godinho.

E, ouvindo V. Exa. neste instante, mais do que nunca eu lamento de que isto tenha ocorrido e de que o Dr. Antônio Godinho tenha feito este pronunciamento, que V. Exa., na sua revolta denuncia desta tribuna, nesta tarde.

Fica aqui, registrado, Sr. Deputado Renato Bernardi, de que se isto de fato veio a ocorrer, conforme noticiado na imprensa, quero deixar, neste instante, Sr. Deputado, a minha solidariedade a V. Exa. nesse episódio.

Por outro lado, as críticas que surgiram por intermédio do aparte do Sr. Deputado Valter Pietrângelo em que acusa e ataca o Sr. Prefeito de Maringá, Dr. João Paulino, posteriormente, depois de um diálogo, depois de colher informações lá, terei a resposta devida a essas acusações.

No entanto, a minha manifestação neste instante, nobre Deputado Renato Bernardi, é, de minha parte, a minha solidariedade pela maneira com que V. Exa. se revolta pelo pronunciamento do Dr. Antônio Godinho Machado, que, no meu entender, não foi elegante e não foi, acima de tudo, pela função que ocupa naquele município e junto à Secretaria de Saúde do Estado, a maneira digna de se dirigir às solicitações

de V. Exa.

Era o que tinha a dizer, neste instante e, muito obrigado pelo aparte.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço a solidariedade do nobre Deputado Jorge Sato e devo dizer que não é meu feito fazer um pronunciamento desta natureza.

Entretanto, ainda mais Sr. Deputado Jorge Sato, se aqui está como matéria paga, de algum bolso deve ter saído este dinheiro, ou então, o Dr. Antônio Godinho Machado que processasse quem pagou esta matéria.

Mas, mais grave do que isso, Sr. Deputado Jorge Sato, foram as acusações que este médico fez a este Deputado, no uso das suas atribuições como Parlamentar, pelas Câmaras da TV Cultura, Canal 8, de Maringá.

É evidente, Sr. Deputado, que fui chamado à Televisão Cultura, para responder.

Mas, sabe V. Exa. que depois de amanhã, deve entrar em discussão nesta Casa, o Estatuto do Magistério, e eu como Professor não posso me ausentar deste Plenário.

Aqui estarei, e Godinho Machado, talvez sabendo disso, deve ter se aproveitado, para tentar, exatamente, fazer média em cima de um Deputado na sua ausência.

Tem o aparte o Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Deputado Renato Bernardi.

Além das gravidades das vossas denúncias, infelizmente, vejo nas declarações do eminente médico Dr. Godinho, uma outra enfermidade, enfermidade bastante grave, e que infelizmente, está contaminando este País: É a velha estória de que o “uso do cachimbo”, faz entortar a boca do fumante.

Num País onde se proibiu e se censurou, que se noticiassem os casos de meningite, como ocorreu há cerca de dois anos atrás, é lastimável, que um médico como o Dr. Godinho, tenha contraído o vírus mais violento que está grassando neste País, vírus do discricionarismo, no momento em que o ameaça, com a Lei de Segurança Nacional.

Onde estamos? Mais uma vez, Francelino Pereira tem razão.

Que país é esse? Onde um médico, funcionário do Governo, ameaça um Deputado, porque veio à tribuna denunciar fatos, fatos reconhecidos oficialmente, como verídicos?

E acena com a Lei de Segurança Nacional.

O Dr. Godinho, infelizmente, está também contagiado. Perdidamente contagiado pelo vírus que se pretende, tome conta deste País.

Por isso, Deputado, infelizmente, devo lastimar, pois o conheço, contagiado que está o Dr. Godinho, desrespeitosamente, se dirige àquele que, como Deputado, é seu patrão, porque ele sim, é empregado.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de V. Exa. e devo dizer que, exatamente, quando fiz o primeiro pronunciamento nesta Casa, solicitando do Sr. Presidente, que este Poder se manifestasse, era exatamente com a finalidade de evitar que pânico se alastrasse no meio da população de Maringá, porque a onda de boatos na nossa cidade, era simplesmente irresistível.

Como bem denota esta carta, que a leitora Luciana Medeiros do Vale, envia à sessão aberta de “O Estado do Paraná”:

(LÊ):

“Prezados Senhores:

Já faz um certo tempo que no Frigorífico Central de Maringá surgiu um surto de tifo.

Muitos funcionários foram contaminados e foram internados em hospitais da cidade, por exemplo, no Hospital de Maringá.

O pior é que as pessoas doentes ficam em quartos juntas com outras como já ocorreu e acredito que ainda continua

ocorrendo esse fato.

Tem gente perdendo os cabelos, as unhas, e outros sintomas, enquanto os médicos e os sanitaristas da cidade estão escondendo esse fato.

Mas por que?

Fiquei sabendo que a doença foi trazida pelo gado vindo do Mato Grosso.

Todos de boca calada e nós comprando e comendo carne do tal frigorífico... correndo risco.

Pois se até os funcionários "pegaram" (a doença) como estará a carne?

E os fiscais federais onde estão?

Por que todos estão calados?

As autoridades, donos de frigoríficos, fiscais federais etc... etc.

Os senhores poderão procurar saber a verdade nos hospitais e através dos próprios funcionários do frigorífico.

Só que terão de ir com aquele jeitinho que têm, pois todos estão de boca calada.

Nunca confirmam a doença; dizem tratar-se de uma outra febre qualquer para tapear a população.

Mas, por que?

Se contassem a verdade, cuidaríamos de lutar para evitar tal doença.

Estão vacinando os funcionários do Frigorífico Central. E nós como ficamos?

Acho que continuaremos a comer carne do tal frigorífico, pois Maringá inteira não conhece o risco que está correndo.

Eu mesma fiquei sabendo somente através de gente contaminada pela doença e de outras fontes bem informadas.

Contamos com a valiosa colaboração desse jornal que não tem medo e tem personalidade".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lamenta informar V. Exa. de que o tempo que dispunha já se esgotou.

E lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. RENATO BERNARDI — Se V. Exa. me premiar com seu pequeno aparte.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Deputado, eu estou ouvindo a revolta de V. Exa. nesse pronunciamento.

E me parece que é caso consumado a consumação dos casos no Estado e no País, e não vi até hoje em nenhum livro alguma cláusula que Adão tivesse deixado para os que governam, que seriam portadores de toda a verdade.

No entanto, o povo que governa, os governos, sempre têm negado inclusive o Ministro do Trabalho negou que há desemprego.

Agora, V. Exa., vem com essa relevante situação lá de Maringá e, subalternos do Governo, colocando até uma posição de constrangimento a V. Exa. numa atitude flagrante de desrespeito a uma pessoa que mantém uma investidura de mandato popular.

Por outro lado, quero aproveitar também, para continuar esse pensamento que sempre tenho tido a respeito do comportamento do Governo, de um modo geral.

Eles costumam trazer as coisas consumadas; vão lá, resolvem as coisas do jeito deles e trazem a notícia como caso consumado.

Foi o que aconteceu agora com o confisco do soja, com o caso do trigo, e tantos outros que nós temos focalizado aqui, por esta tribuna, nós Deputados, de um modo geral até, e é lamentando, que na administração pública, passam e desfilam tantos homens destituídos de espírito público, destituídos da compreensão de que o mandato popular serve para auxiliar,

vamos dizer, já que é um termo que faz parte das leis de exceção também, para auxiliar aqueles que governam.

Não há o menor respeito pelos casos de seriedade que se traz.

Mormente casos de saúde pública, como já temos denunciado aqui durante este curto tempo que ocupamos nosso mandato.

Parabenizo-me com V. Exa.

E o bom seria que a Secretaria tomasse providências e deixasse de proselitismo nos jornais.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de V. Exa.

E concluo, Sr. Presidente, apenas fazendo um apelo ao Sr. Secretário da Saúde Pública, do Estado do Paraná: Ao invés de este Deputado ser enquadrado na "Lei de Segurança Nacional", sugiro ao Sr. Secretário de Saúde Pública do Estado do Paraná, que o médico, Chefe do Distrito Sanitário de Maringá, seja enquadrado na Lei que regula o Funcionalismo Público do Estado.

Porque ele acumula funções incompatíveis.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Grande Expediente, concedo a palavra à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro.

Com a palavra o Sr. Deputado Trajano Bastos de Oliveira.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tive ocasião de participar na semana passada, juntamente com o Deputado Maurício Fruet e o Presidente do Diretório Regional do Paraná, Dr. Euclides Scalpo, da reunião do Diretório Nacional do meu Partido, ocasião em que o Movimento Democrático Brasileiro, em decisão nacional, houve por bem adotar dois posicionamentos que julgo serem da maior importância, exatamente neste momento por que passa a vida política nacional.

Devo confessar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, muito embora tenha este parlamentar uma vida pública ainda curta, em termos de tempo, mas não só eu, como todos aqueles que compareceram a esse encontro, viveram, quicá, o momento político mais importante, mais valioso, que tenha vivido o Movimento Democrático Brasileiro, desde a sua história como partido político, quando o Diretório Nacional se reuniu para apreciar, com maior importância, exatamente o projeto de reforma judiciária, proposta pelo Governo.

E aqui vai um reparo: o MDB se posicionou contrariamente, não contra a reforma do Poder Judiciário, essa que vimos pregando há muito tempo — mas nos posicionamos, exatamente, contra o projeto de reforma do Poder Judiciário nos termos que nos foi dado a apreciar, pelo Governo.

Devemos dizer a V. Exas. que a atitude tomada pelo meu Partido não foi uma atitude tomada de afogadilho; não foi uma atitude de rebeldia; não foi uma atitude contestatória, foi, acima de tudo, uma posição coerente, e não restava, ao MDB, tomar outra.

Talvez até taticamente, se fôssemos examinar o problema tão somente por esse ângulo, o Partido devesse tomar outro caminho.

Mas, estava em jogo até certos pontos do programa que o MDB defende há 12 anos.

E as emendas apresentadas pelos Parlamentares do MDB que compõem a Comissão Mista, em número de mais de uma centena, não foram aceitas pelo Executivo, tão somente uma que seria a manutenção dos Tribunais de Alçada, aliás, medida recomendada pelo Relatório do ilustre Senador Accioly Filho e que acabou, também, não sendo considerada.

O Senador Accioly Filho — esse é um episódio, Sr. Presidente, que nos causa maior estranheza — percorreu este País, auscultando, tomando opinião, para poder formalizar aquilo

que, no seu entendimento, e talvez também no entendimento da maioria da Nação, não seria o ideal, mas, seria o aceitável.

E após o Senador Accioly Filho percorrer este País, quando já estava com o Relatório pronto, foi surpreendido pelas lideranças do Governo que lhe disseram que "aquilo não seria possível admitir".

Então, perguntamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados: "que reforma do Judiciário pretende o Governo Central?"

Entendo, para mim, que de reforma não se trata.

Porque o próprio termo pressupõe a melhoria da forma.

E como este projeto, originário do Governo, segundo depoimento e impressão da maioria das autoridades jurídicas do País, não atende às necessidades de uma reforma judiciária, então, não é reforma.

E vamos mais além: além do projeto não atender o Poder Judiciário, às necessidades do Judiciário, prejudica o que aí está.

Então, perguntamos sem aventar o fundamental que o MDB pretendia, além de outras emendas técnicas que defende como sua bandeira, não bandeira partidária, mas bandeira à Justiça brasileira que seria a devolução dos predicamentos da magistratura, o restabelecimento, em toda a sua plenitude do habeas corpus.

Isto pesado, isto posto, ia votar o Movimento Democrático Brasileiro em quê?

E agora se ouve, por todo este País, a reação de parlamentares da Aliança Renovadora Nacional, pretendendo debitar não a este ou àquele parlamentar do MDB, mas ao seu Diretório como um todo, que o Partido teria assumido uma posição contestatória de desafio e que estaria sujeito o Congresso Nacional às Leis Revolucionárias.

Pesem bem, Srs. Deputados, para que possamos sentir com a intensidade necessária, a excepcionalidade que reina sobre este País.

Isto no processo normal.

Num estado democrático, seria pura não aceitação de um projeto de reforma que num ponto de vista de mais de um terço do Congresso Nacional não atenderia aquilo que se queria como reforma de um Poder.

Mas, dizia eu de início, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tive a satisfação de viver momentos históricos na vida política nacional.

Mas a minha satisfação foi mais longe, porque a posição adotada pelo Diretório Nacional do meu Partido, foi exatamente aquela proposta pelo Diretório Regional do meu Partido do Paraná.

Chegamos a elaborar um documento com a prévia audiência da Comissão Executiva do Paraná e fomos à Brasília.

Lá encontramos, de início, certas resistências.

Aconselhamento de medidas protelatórias, mas, felizmente, já no fim da reunião, pela unanimidade dos seus membros, o Diretório Nacional entendeu que não seria o momento histórico, não recomendaria que se analisasse um problema desta natureza e desta seriedade, tão somente olhando o lado tático da coisa, ou então levado pelo argumento de que o MDB teria de ter, neste episódio, acima de tudo, inteligência política.

Argumentos que não convenceram.

E foi assim, Sr. Presidente, que o Diretório Nacional do MDB decidiu fechar questão contra o projeto de Reforma Judiciária, projeto este a que, como já afirmei, o Governo não admite emendas, não admite nem emendas técnicas muitas delas, e muito menos admite o fundamental que seria a devolução dos predicamentos e o restabelecimento do habeas corpus.

Como poderia o MDB enfrentar a consciência jurídica desta Nação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se não tomasse a posição que tomou?

Sabemos que os crimes mais horrendos e os assassinos têm direito aos habeas corpus.

Por que então brasileiros, estudantes, advogados, universitários com a coragem cívica que é peculiar do nosso povo, por um pronunciamento, por um crime que qualificam por crime político, não teriam as mesmas garantias?

Como poderia o MDB olhar de frente a consciência nacional, Sr. Presidente?

Como poderíamos olhar os intelectuais deste País?

Como poderíamos olhar as lideranças sociais deste País, hoje, representadas pela Igreja, quando, exatamente, os homens responsáveis pelo aprimoramento deste sistema estariam a se acomodar diante de situações como esta?

Tomou, portanto, Sr. Presidente, o MDB, através de seu Diretório Nacional, uma posição viril, corajosa e, acima de tudo, consciente.

Peço permissão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para ler, na íntegra, o documento do Paraná que foi submetido à apreciação do Diretório Nacional para que este documento fique transcrito nos Anais desta Casa. (LÊ):

"A aceitação da oposição política é doutrina básica de democracia, logo os inimigos do Governo não são os inimigos do Estado e, um opositor não é por isso um rebelde" — Afonso Arinos de Melo Franco.

"A grave crise econômica que o País enfrenta provocou profundas alterações no atual quadro político da Nação.

Sob este contexto é que pretendemos tecer rápida análise quanto à criação e o processo de amadurecimento do MDB, até sua transformação em verdadeiro Partido: O PARTIDO DAS OPOSIÇÕES.

Desde que por força do AI número 2, foram extintos os partidos brasileiros oriundos do regime constitucional de 1945 e, em seu lugar, permitida a criação de duas organizações partidárias, ARENA e MDB, viu-se um novo quadro partidário, é bom que se reafirme, em quase nada diferiu do anterior.

A heterogeneidade, a ausência de princípios ideológicos e de massa crítica dos inúmeros partidos extintos, deram lugar a igual heterogeneidade e ausência de conteúdo ideológico às novas agremiações instituídas, mas que encontra sua justificativa básica e essencial na Bandeira da redemocratização do Brasil, da pregação à volta ao Estado de Direito, à plenitude da liberdade, e do respeito aos direitos humanos.

Por essa razão, as transformações que começam a ocorrer na vida do País se processava à margem das agremiações partidárias.

O modelo econômico voltado para fora, para o mercado internacional, começava a delinear-se.

No plano interno, para atrair o excedente de capital do mercado internacional, adotou-se uma política monetarista antisocial, de contenção social e de concentração de rendas.

A situação favorável da economia mundial permitiu que o País experimentasse nos primeiros anos um razoável crescimento econômico.

No plano político, a manutenção de certas franquias democráticas permitiu que as diversas correntes de opinião se manifestassem sempre à margem dos dois partidos políticos.

Todavia, a partir de 1968 esse quadro alterou-se substancialmente.

As diversas correntes de opinião proibidas de se manifestarem através de seus órgãos de classe, passaram a ter no MDB o único porta voz válido para exigir o retorno à Democracia.

A ARENA já se acostumou à posição de parceira secundária: é partido do Governo mas não é partido no Governo.

Não manda, não traça os rumos da política educacional, da política econômica, da política interna, da política externa.

Seus parlamentares fornecem a posteriori as justificativas de decisões que não tomaram.

Por isso mesmo, a discussão até válida e atual de teses que questionavam o MDB como um movimento de oposição ou um partido político, cedeu lugar a uma questão fundamental: a volta ao Estado de Direito.

Desse modo poderemos dizer com segurança que o MDB se transformou em um verdadeiro partido político, O PARTIDO DAS OPOSIÇÕES, agora assentado em três postulados básicos:

- a- no campo político o estabelecimento de uma verdadeira democracia;
- b- no campo econômico, a substituição do modelo;
- c- no campo social, a preocupação de situar o HOMEM como o centro de toda a evolução.

Retorno à democracia significa o restabelecimento das garantias fundamentais, como eleições livre e diretas, sem peias e atrelamentos da Lei Falcão; restabelecimento das garantias do Poder Judiciário, liberdade de imprensa, liberdade sindical, respeito à oposição e seus representantes sem as intimidações dos atos de exceção.

Transformação do modelo econômico, significa a defesa intransigente da empresa nacional, uma melhor e mais justa distribuição de renda; o fortalecimento do mercado interno; o que vale dizer um maior poder de decisão e independência em relação aos grandes capitais internacionais.

Preocupação com o HOMEM, significa por todo o processo sócio-político-econômico a serviço de quem é o centro do universo, proporcionando-lhe condições dignas, de desenvolvimento e vida.

Isso significa acima de tudo SOBERANIA.

Esses são os pontos fundamentais em torno dos quais devemos cerrar fileiras.

Essa a nossa unidade e força.

Esse é e deve continuar sendo o MDB, o nosso Partido, o PARTIDO DAS OPOSIÇÕES, até alcançarmos a plenitude democrática.

Esse o nosso compromisso com a Nação.

A grave e profunda crise sócio-econômica que enfrenta o País, não pode e não deve servir de desalento ao nosso Partido.

Cumpre-nos assumir as responsabilidades do momento histórico que vivemos.

Cumpre-nos demonstrar em atos e em coragem que estamos dispostos a desempenhar com vigor o papel de representantes das OPOSIÇÕES fazendo nossa a voz do empresariado nacional; dos intelectuais; das igrejas; dos estudantes; dos trabalhadores; do povo enfim."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o tempo que dispunha já se esgotou. Concedo mais dois minutos a V. Exa. para que conclua.

O SR. TRAJANO BASTOS — Concluirei em seguida.

(Continua lendo): "Somos o PARTIDO DAS OPOSIÇÕES E HAVEREMOS DE SAIR FORTALECIDOS DO IMPASSE EM QUE VIVEMOS.

A permanecer o atual estado de coisas, nossa existência e nossa continuidade a uma imposição histórica, um dever a que não podemos nos furtar, e uma trincheira que devemos defender.

Os obstáculos institucionais, os altos e baixos da distensão política, os tropeços e as perdas de valiosos membros de nosso Partido, vítimas de cassações de mandatos, não podem e não devem servir de frustração, de desalento.

Essa é uma análise objetiva, pois quem conta em suas fileiras com todas essas correntes de opinião não pode temer a derrota; não tem o direito de desacreditar do futuro.

Nenhum governo por mais forte que seja poderá ignorar e muito menos suprimir essa parcela ponderável da Nação,

que o Movimento Democrático Brasileiro representa.

Por se constituir em um verdadeiro partido de oposição o MDB antes de mais nada, é digno de respeito.

Daí decorrem os corolários seguintes e que são as reivindicações que a bancada federal do MDB do Paraná, a Comissão Executiva Regional fazem:

- I— A convocação de uma Constituinte, com prévia revogação do AI-5;—
- II— Manutenção da fidelidade partidária, pois suspensão gora seria mais uma medida causuística que contraria os interesses nacionais de democratização;
- III— Luta pelo Restabelecimento das garantias do poder Judiciário e Habeas Corpus, repudiando o projeto de reforma do Poder Judiciário, encaminhado pelo Governo;
- IV— Reativação do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, devidamente amoldado às normas já propostas pelo Partido através de projetos de lei.

REAFIRMA:

- I— Eleição livre e direta para os Governos Estaduais, Assembleias, Câmara Federal e Senado, em 1978;
- II— O retorno ao Estado de Direito, pela defesa intransigente do Programa partidário.

SUGERE:

- I— Organização partidária em todos os níveis;
- II— Reuniões constantes em todos os organismos partidários.

É esta a íntegra do documento que acabo de ler"
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra à Liderança da Arena.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Com a palavra o Sr. Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão de hoje, pudemos ouvir um brilhante parlamentar pertencente à bancada da Oposição, ocupando a tribuna e tecendo considerações alusivas ao veto apostado pelo Sr. Governador do Estado ao Estatuto do Magistério.

Já temos conhecimento, através de confirmação da própria Presidência, que o referido veto virá à apreciação do Plenário, na próxima terça-feira quando deverá ser devidamente estudado e analisado pelos componentes desta Casa de Leis.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por não me conformar com uma alegação que ouvi, na sessão de hoje, é que entendi que hoje mesmo deveria ocupar esta tribuna, apenas para que se evite que não haja uma imagem distorcida da posição tomada pelo Sr. Governador Jayme Canet Júnior, com referência ao veto parcial que ele após ao Estatuto do Magistério.

Refiro-me à expressão usada da tribuna, de que o Sr. Governador teria vetado a sua própria iniciativa.

Na verdade, pelo menos pelo estudo que temos feito da matéria, pela pesquisa que temos feito, não encontramos, em nenhum ponto, a justificativa para que se diga que o Sr. Governador vetou a sua própria iniciativa.

A verdade é que os vetos ou veto parcial apostado pelo Sr. Governador a determinados artigos, parágrafos ou incisos, esse veto atingiu exatamente onde houve alteração, onde foi mudado o sentido, onde houve emenda, fosse ela do tipo que fosse.

E é muito fácil, na verdade não temos em mãos o projeto que virá à consideração da Casa, porém, conhecemos e temos detalhes de onde ou onde aconteceram os vetos do Sr. Governador.

A exemplo da expressão "exerceu ou", contida na alínea b, do parágrafo segundo, do artigo 17, que ensejaria oportunidade de ingresso em quadros do magistério.

Foi um veto apostado em função de alteração ocorrida neste mesmo dispositivo legal.

A supressão do § quinto, artigo 32, que tratava do interstício de dois anos para promoção vertical, tivemos então também o veto aos parágrafos quinto e sexto, do art. 32, do autógrafo, uma vez que os mesmos se tornaram conflitantes e incompatíveis.

Isto porque, como os Senhores sabem, nesta Casa houve a supressão exatamente daquele parágrafo e, como consequência prejudicados os outros parágrafos que foram vetados pelo Sr. Governador.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para conhecer de V. Exa. se com o raciocínio que está desenvolvendo V. Exa., está constestando uma decisão da maioria desta Casa.

O SR. DÁCIO LEONEL — Ilustre Deputado, parece-me que fui claro ao ocupar esta tribuna.

Não procurei e nem vim à tribuna para discutir o veto, o mérito, porque já o disse que será debatido na próxima quarta-feira.

Apenas, vim porque houve uma alusão de um Parlamentar, na sessão de hoje, de que o Sr. Governador havia vetado a sua própria iniciativa.

E o nosso objetivo está sendo claro, neste sentido, e queremos demonstrar que todos os vetos apostos ao Estatuto do Magistério, nenhum deles o Sr. Governador vetou algo que ele tivesse proposto originariamente no Estatuto do Magistério que ele enviou a esta Casa.

Ele vetou apenas os artigos que ele apresentou e que sofreram qualquer mutilação ou que sofreram qualquer alteração.

O SR. ENÉAS FARIA — Nobre Deputado, a vontade governamental a Casa já analisou e terá oportunidade de analisar novamente quando o veto vier a Plenário.

Uma coisa porém, a Casa já decidiu; a vontade da Casa foi manifestada por maioria, com a presença de todos os Deputados.

É esta a vontade soberana do Poder Legislativo, a quem cabe também ter vontade, pelo menos constitucionalmente, a quem cabe também ter vontade e é o que eu pergunto a V. Exa. se V. Exa. contesta ou se V. Exa. não aceita?

O SR. DÁCIO LEONEL — Ilustre Deputado, V. Exa. está procurando fugir completamente daquilo que me traz à tribuna.

V. Exa. deve lembrar-se que eu já disse a V. Exa. que a minha missão ou a razão da minha presença nesta tribuna foi apenas uma: para que não se diga, como se tem dito por aí, que o Sr. Governador vetou aquilo que ele mesmo apresentou no seu projeto original.

Então, a sustentação que eu tenciono fazer, é neste sentido.

Dê que o Sr. Governador não vetou em momento nenhum em nenhum dos artigos vetados, ele vetou aquilo que ele pediu, ou que ele trouxe a exame desta Casa.

Esta tem sido a minha posição.

Eu não vejo razão.

Entendo que outras considerações que devamos tomar, já o disse, no exame da matéria em si, será na próxima quarta-feira, quando da ocasião em que esta Casa estará examinando o veto parcial apostado pelo Sr. Governador, do Estatuto.

Apenas estou fazendo este esclarecimento e citando um por um dos artigos, dos parágrafos que foram vetados pelo Sr. Governador, e tentando dar uma rápida explicação quanto ao veto, não, quanto ao mérito do veto, mas procurando explicar que, se houve veto, este veto não incidiu naquilo que originariamente veio dentro do Projeto do Estatuto, apresentado nesta Casa de Leis.

Não sei se V. Exa. entendeu a minha posição, ou se V. Exa. quer me conduzir para outros caminhos.

O SR. ENÉAS FARIA — Entendi, Sr. Deputado.

E tanto entendi, como tenho entendido também a intenção governamental.

Veja V. Exa. por exemplo, num dos artigos, não me lembro agora qual seja, mas que diz respeito à remoção.

Apenas e tão somente, esta Casa estabeleceu, entendendo ser justiça, entendendo ser humano, racional, a Casa entendeu de suprimir uma única expressão: Não dando por unanimidade, nobre Deputado, não dando ao Poder Executivo, a prerrogativa de proceder a remoção "ex-offício".

Apenas, este aspecto, foi retirado pela Casa.

E o Governador veta, o artigo inteiro, o § inteiro, o capítulo inteiro, que ele mesmo havia mandado para cá, que ele mesmo havia redigido, que ele mesmo havia ungido, para o que?

Aqui não há mais péias nem mais enganos, Deputado.

Apenas para aplicar subsidiariamente, o Estatuto do Funcionalismo Público que ainda continua lamentavelmente, sob a guante governamental.

O SR. DÁCIO LEONEL — Mas eu perguntaria a V. Exa., com referência ao Artigo 50, o Capítulo das Remoções; eu pergunto a V. Exa., com a supressão havida, houve ou não alteração?

Por menor ou maior, por interesse ou não, só pergunto, houve ou não alteração no original do Governador.

O SR. ENÉAS FARIA — Neste raciocínio durista radical, eminente Deputado, nós teríamos, ou o Governador então, teria que vetar o projeto inteiro, porque ele mereceu uma redação final, que o modificou.

Modificou vírgula, pontos, parágrafos, etc.

O SR. DÁCIO LEONEL — Este é o raciocínio de V. Exa. que já senti, V. Exa. está tentando simplesmente desviar-me da condição que eu vinha tendo, porque V. Exa. sentiu, ilustre Deputado, que se eu perguntasse a V. Exa., se o Sr. Governador vetou alguns artigos originais dele, que veio no projeto, talvez eu pudesse indagar a V. Exa. que na dependência da resposta de V. Exa. é possível que inclusive, não precisasse nem usar a tribuna.

O SR. ENÉAS FARIA — Acho que V. Exa. traz à baila um problema que nós teremos tempo suficiente para discutir, mas é sempre bom discutirmos.

E é sempre bom o parlamentar discutir sobre isso.

Referi-me ao aspecto da remoção.

Agora, entende o Governador, porque por não se dar a ele, a capacidade até ditatorial de estar a remover funcionários, isso modificaria e modificou o espírito do projeto?

Mereceria por isso o veto?

Para tanto, o Governador vetou todo o capítulo.

Tudo aquilo que no mais ele havia remetido originalmente para cá, e que a Casa encampou.

O SR. DÁCIO LEONEL — V. Exa. aborda bem, inclusive, com referência ao Artigo 50, eu gostaria, de abordar um tópico do manifesto do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná, sobre a matéria.

Em que inclusive, o próprio Conselho de Representantes, nas suas alegações, entende que talvez aí esteja o único ponto em que eles não concordam. Mas, de qualquer forma, fazem a seguinte observação:

"Artigo 50 e seus Incisos; Art. 51 e Parágrafos; Artigo 52; Artigo 53 e Parágrafos.

Fulcra-se aqui nossa única discordância embora parcial, sobre todos os vetos apostos por V. Exa., isto é, na eliminação de dispositivos específicos para remoção de integrantes do Magistério Público Paranaense. Este Conselho faz a seguinte observação: "artigo 50 e seus incisos, artigo 51 e parágrafos, artigo 52, artigo 53 e parágrafos". Fulcra-se aqui, nossa única discordância, embora parcial, sobre todos os vetos apostos por V. Exa., isto é, na eliminação de dispositivos específicos para a remoção de integrantes do magistério público paranaense.

Este Conselho de Representantes de Professores do Paraná, ponderou como justa a permanência da remoção "ex-officio" nos moldes vazados na Mensagem 148/75, de autoria de S. Exa. Tanto assim, que a Comissão Especial pró Estatuto do Magistério tendo como relatores os professores Heráclito Machado Sandano e José Maria Pegoraro designados por este Conselho, em seu Parecer, emitido em 23 de maio de 1976, julgou-a necessária aos interesses do Ensino, desde que não se transformasse em medida punitiva ao pessoal do Magistério ou em jogo de interesses estritamente políticos.

Pretendia a Comissão, interpretando os interesses do professor, que tal remoção fosse melhor elucidada em seus dispositivos legais, com a finalidade de evitar subterfúgios ou interesses escusos à educação e ao ensino. Esta tese, embora legal, porque constitucional, não vingou. O texto original da Mensagem de S. Exa. foi mutilado e não elucidado como pretendíamos. Perdeu-se a clareza original do Capítulo 16, do Título 4º, que tratava da remoção com prejuízo de uma das partes do sistema de ensino, e por isso iria refletir em prejuízo para a própria comunidade estudantil, ao maior interessado no ensino, o próprio objeto da educação. Seria a perpetuação do fenômeno comum em nossos dias, em várias cidades do nosso Estado, onde algumas escolas, num mesmo município tem excesso de professores, enquanto outras tem falta, causando prejuízos à educação, quer para o aluno, quer para a família, quer para o Estado, que deve despendar mais recursos para pagar outros professores, enquanto uns estão ociosos.

Achamos portanto justa a decisão de S. Exa. em vetar os demais artigos do referido capítulo que trata da remoção, conservando apenas o artigo 49, uma vez que se tinha prejudicada uma das partes: os interessados do ensino. Porque justa, e constitucional era a remoção "ex-officio" nos termos em que foi proposta na referida Mensagem com as emendas elucidativas, sugeridas por este Conselho.

Como V. Exa. vê há um posicionamento do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná o que me leva a crer que a coisa não é nos moldes ou nos termos que se pretenda sempre atirar pedra no Governo, dizer que o objetivo...

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DÁCIO LEONEL — ... se o Governo pretende que o objetivo é o ensino, se entende que não, o objetivo é política. Então, por antecipação já se começa a admitir aquilo que se pretende que vá a ocorrer.

Com satisfação, nobre Deputado, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Enéas Faria — Tem se dito por aí, nobre Deputado, e eu não quero encampar o que se tem dito, mas, se tem dito que essa tal entidade citada por V. Exa. seria constituída por elementos com vinculação com áreas do Governo, com a Secretaria de Educação, com a Secretaria de Recursos Humanos, com o Palácio etc. Eu não sei, não pesquisei e não me interessa conhecer isso. Interessa-me sim, como homem que deve sentir os anseios da população e de suas parcelas, quando as suas ques-

tões são aqui debatidas, me interessa ver que entidade, que associação é efetivamente reivindicativa. E aqui eu quero dar um crédito de confiança à APP e à APLP que têm sido efetivamente entidades representativas do professorado, altamente reivindicativas, arrostando inclusive tantas vezes as linhas governamentais. E eles, nos seus manifestos, nos seus memoriais, têm afirmado, diametralmente o oposto do que agora se afirma aí da tribuna, nobre Deputado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Como V. Exa. observa, para tudo há uma explicação; quando aparece algo que não convém, nós já encontramos alguma forma de poder justificar o porquê daquela posição o porquê de não nos convir, e sempre procurando posicionar em melhores condições, exatamente aquelas associações que têm outra posição e que inclusive, em passado bastante recente, atiraram pedras até mesmo a esta Casa de Leis.

E cada um pode ter a sua opinião; eu tinha a minha opinião, já o disse desta tribuna inclusive a respeito dos anteriores presidentes dessas duas associações, pelas medidas como tomaram. E também não sinto e não entendo que representem efetivamente a classe dos professores, porque é apenas uma cúpula mínima que tem falado, tem dialogado e não tem sido efetivamente a participação direta do professorado paranaense. É ponto de vista...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar a V. Exa. de que o tempo de que dispunha já se esgotou.

Concede-lhe mais dois minutos para concluir.

O SR. DÁCIO LEONEL — Evidentemente, Sr. Presidente, eu não teria condições de concluir porque eu nem cheguei na metade do caminho. Mas considerando que na próxima quarta-feira trataremos propriamente do Veto ao Estatuto do Magistério, então vou aguardar a oportunidade.

Agradeço a V. Exa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 12/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagens Governamentais números 52/77 e 54/77, fixando a partir de 01 de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos integrantes da Polícia Militar. Com pareceres favoráveis da CCJ., e CRH, por unanimidade e da CF., por maioria. Com Emenda Substitutiva da CCJ., por unanimidade e Emenda Substitutiva de Plenário. — Em regime de urgência. — Em discussão.

A Presidência sente-se no dever de informar que há sobre a mesa, uma emenda de terceira discussão, apresentada pelos Srs. Deputados Accioly Neto e Luiz Roberto Soares, com apoio regimental, vazada nos seguintes termos: (lê):

"Emenda ao Projeto de Lei número 12/77"

Suprima-se ao Anexo I, Tabela VII — Cargos da Parte Suplementar do Poder Legislativo, de que trata o Art. 1º, do Projeto, a expressão "Médico e o valor Cr\$ 7.641,00".

Sala das Sessões, em 28 de março de 1977.

(aa) ACCIOLY NETO, LUIZ ROBERTO SOARES

— **Apoio:** LÚCIO MACHADO, DENI SCHWARTZ, ENÉAS FARIA, TRAJANO BASTOS, ilegível. JUSTIFICATIVA:

A emenda visa corrigir situação anômala que se estabele-

cêu no texto do Anexo I, na Tabela VII, na parte que dispõe sobre os Cargos da Parte Suplementar do Poder Legislativo. É que a proposta fixa em Cr\$ 7.641,00 o vencimento do cargo de médico. Ocorre que esse cargo é daqueles que se classificam como isolado e de provimento efetivo, razão pela qual está localizado na Parte Suplementar. Como tal, seu estípcndio tem tratamento especial, como faz certo o Art. 10, da Resolução 2/64, desta Assembléia Legislativa, segundo o qual "os vencimentos dos cargos de médico isolados, de provimento efetivo, serão iguais aos de Secretário de Comissão". Todavia, ao cargo de Secretário de Comissão, também integrante do aludido anexo, se atribuiu vencimento no valor de Cr\$ 8.817,00, quantia superior à fixada para o médico.

Com a supressão, decorrente da aprovação da emenda, o pagamento dos servidores que ocupam o cargo isolado, de provimento efetivo, de médico far-se-á com base na citada Resolução 2/64, e, assim, o vencimento será igual ao de Secretário de Comissão".

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra o nobre Deputado Valter Pietrângelo. Antes, porém, a Presidência deve informar que está em discussão o projeto e as emendas que, nos termos do Artigo 166, do Regimento Interno, tem preferência na sua votação, em terceiro turno.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

De antemão, devo declarar que entendo amplamente justa a emenda proposta pelos Srs. Deputado Accioly Neto e Luiz Roberto Soares.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que conste dos trabalhos desta Casa, propomos, nesta oportunidade, as seguintes palavras: inegavelmente no Projeto de Lei número 12/77, que trata da concessão de aumento ao funcionalismo do Estado, existe o ponto positivo a ser ressaltado, entre outros, mas um que entendemos de caráter principal e prioritário: trata-se do desachatamento, ou descavaleamento, inicial, em todas as tabelas propostas na Mensagem originária do Poder Executivo.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se houve empenho por parte da Secretaria de Recursos Humanos — notável, por sinal — para tentar resolver esse angustiante problema, o mérito dessa vitória, de maneira incontestável, irreversível, inofismável, deve ser creditado, em grande parte, ao nosso Partido, ao MDB, que, através de seus Representantes nesta Casa, desde muitos anos já, reiteradamente vinha denunciando fatos, solicitando uma ponta solução.

É com muito prazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que entendo que devemos louvar os trabalhos executados neste sentido, principalmente pelos Deputados Maurício Fruet e o nobre Deputado Fidélino Tolentino.

Estes, sistematicamente, denunciaram o achatamento surgido há vários anos, pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na tabela de vencimentos publicada no "Diário Oficial" (Número 52, de 16 de maio de 1974), já se constatava o problema que englobava os seis níveis iniciais de vencimentos dos servidores do Estado.

Já naquela ocasião, o Deputado Maurício Fruet em trabalho de pesquisa desenvolvido por sua equipe, havia elaborado interessante tabela comparativa com os aumentos concedidos ao funcionalismo federal e com os reajustes procedidos com os financiamentos do Banco Nacional de Habitação, em razão aos novos salários-mínimos.

E acusou, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma defazagem progressiva, como sempre acontece, em desfavor dos servidores estaduais.

Por outro lado, desde que tomou acento nesta Casa o Deputado Fidélino Tolentino, conforme já foi reconhecido por

todos os órgãos de imprensa deste Estado; tem se mostrado sistemático defensor do funcionalismo público estadual, sendo autor de diversas emendas dos projetos afetos ao pessoal do Estado. Inclusive, algumas vezes, em parceria com este Deputado, como ocorreu em relação ao Estatuto do Magistério, cujos vetos propostos pelo Chefe do Poder Executivo nós iremos iniciar a análise na sessão da próxima quarta-feira.

Prosseguindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderíamos deixar de lembrar, nesta oportunidade, os requerimentos formulados pelo Deputado Fidélino Tolentino em 30 de abril de 1976, 9 de dezembro do mesmo ano, e 01 de março de 1977, respectivamente, todos pedindo soluções para o desencavalamento ou desachatamento, bem como, devemos lembrar a resposta recebida pelo Sr. 1º Secretário desta Casa através do Ofício número 676/76 da Secretaria de Recursos Humanos datado do dia primeiro de julho do mesmo ano, no qual S. Exa. o Secretário Gastão de Abreu Pires assim se pronunciou:

"Quanto ao chamado achatamento salarial, esta Secretaria de Estado já está procedendo estudos para normalizar esta situação. Inclusive, pormenorizadamente, para uma futura reclassificação de todos os servidores estaduais". Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em seus pronunciamentos o MDB sempre repeliu energicamente a consolidação do chamado desachatamento. Conforme tabela publicada pela imprensa, dando ciência de que a diferença de valores entre um nível e outro, seria apenas de três ou quatro cruzeiros. E todo desachatamento procedido em torno da ridícula quantia de Cr\$ 80,00. E a resposta à ação do MDB, evidentemente, referendada por esta Casa, finalmente surgiu na elaboração da parte inicial das tabelas de vencimento que passa a beneficiar mais de 46 mil funcionários. Mas, é preciso que se diga, contudo, segundo análise e parecer dados pelas comissões que analisaram e os debates procedidos nesta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto ainda não é ideal e apresenta diversas falhas; a mais grave delas, sem dúvida alguma, é o afunilamento verificado nos reajustes de apenas trinta por cento aos servidores dos níveis 14 a 30, da tabela...

O Sr. Fidélino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Realmente, encontro-me sensibilizado pela lembrança que V. Exa. faz dos nossos trabalhos e, simultaneamente, do Deputado Maurício Fruet, em favor do funcionalismo estadual e eu já ia opor embargos na oportunidade da votação, para encaminhamento de votação, quanto a este percentual, trinta por cento, mais uma vez, apesar de quantos eu já tenho perfilado nesta tribuna para, naturalmente, me opor e oferecer sugestões ao Executivo, sugestões que não passam de sugestões porque ainda que Deputados da ARENA oferecessem sugestões, parece que, sem nenhum desrespeito a nenhum dos membros da ARENA, é que assim, Sr. Presidente, funciona o sistema. Os casos são consumados, vêm de acordo com os tecnocratas e o Poder Legislativo fica aqui só a discutir o supérfluo. A verdade é que por mais que o Governo queira dizer que não houve ou que não haveria uma diretriz que tomasse por base a elaboração dessa listagem dos anexos do aumento de vencimento, não há como negar que o próprio Governador do Estado do Paraná, a quem tenho tributado todo respeito, a quem eu tenho também me permitido fazer veementes críticas, talvez, não diretamente a S. Exa., mas, à sua Assessoria no que diz respeito à elaboração técnica dos documentos que vêm para este Poder e, é profundamente constrangedor que se invoca na mensagem a seguinte anunciação, tenho certeza, Sr. Presidente, de que o Governador do Estado ao apresentar esta proposição o faz imbuído dos mais elevados propósitos de conciliar as diretrizes financeiras nacionais, à disponibilidade orçamentária do Governo e às justas e legítimas aspirações do funcionalismo público.

Confesso que se me fosse dado o privilégio de não ter nascido numa época tão conturbada, talvez, tivesse tido a felici-

dade de alcançar a glória de alguma coisa bonita.

Mas, lamentavelmente, não me foi dado escolher a época de nascer e tenho que sofrer as amarguras de tantos quantos estão se amargurando com esse aumento do funcionalismo. Freqüentemente, temos recebido telefonemas pedindo para ver se dá para modificar a mensagem, os valores que constam desta mensagem.

E o Governo anunciou, várias vezes e, aí a nossa estranheza, mais esta vez deixou registrada, foi que o vencimento do funcionalismo está sendo questionado, eu dizia e V. Exa. afirmou daí, também, desde meados de 1976, antes, portanto, da aprovação da Lei de Meios. E, agora, S. Exa. vem a justificar que são justas as proporções da elevação salarial, e tem fulcro nas parcas, esses são termos meus, limitações que o orçamento lhe oferece. Se ele já tinha em mente elevar de 30 por cento, evidentemente, que já estava programada esta mensagem antes de meados de 1976, quando ele mandou para o Legislativo o projeto de orçamento que, aliás, foi promulgado, *ipsis litteris*, a mensagem que veio para cá por decurso de prazo. Como nós ficamos aqui nesta Assembléia para lutar até altas horas da noite e realmente, Srs. Deputados, o orçamento promulgado nessas condições, ofereceria para o Chefe do Poder Executivo se quisesse dar ao funcionalismo uma condição de vida melhor, a resultante da justiça como ele encara aqui. Mas isto não ocorreu. Por outro lado, o dispêndio com o funcionalismo, Deputado, em 76, apresentava 2,8 em números redondos, bilhões de cruzeiros e com o aumento proposto, chega a atingir 3,9 bilhões. Enquanto isto, o orçamento do Estado em 76, era 7,69, em números redondos, bilhões de cruzeiros, e as despesas com o funcionalismo correspondiam aproximadamente a 36,4 por cento da receita. Em 77, a previsão orçamentária passa a 12 bilhões (vírgula) 052 e a percentagem de despesa teve um declínio para alcançar a 32,4 por cento o que permitirá uma economia de 480 milhões de cruzeiros no exercício, já que a diferença, Deputado, de percentagem é de cerca de 4 por cento em relação ao ano passado. Somando-se esta importância aos 60 milhões de juros pela retenção da diferença salarial de janeiro até abril e foi o cálculo que eu fiz matemático, resulta na soma astronômica de 540 milhões de cruzeiros para os cofres públicos em detrimento do reajuste procedido nos vencimentos do funcionalismo público estadual e, por conseguinte, só esta diferença, retida, a diferença proposta, retida de janeiro a abril, se tivesse sido colocada em Caderneta de Poupança que gera aproximadamente entre 3 a 4 por cento ao mês, daria para construir só com os juros da diferença, uma estrada de pelo menos 12 quilômetros que é justamente uma das quantas estradas que se tem reclamado aqui — e eu há poucos dias já reclamei aqui, reivindiquei e já ofereci até um projeto de forma anômala mas ofereci, para construção de uma estrada de 12 quilômetros que liga um dos distritos maiores e que tem uma das maiores produções agrícolas da minha região, o distrito de Cafelândia que está na iminência de se emancipar. Uma estrada de 12 quilômetros! O funcionalismo pagaria, esta estrada, com o seu dinheiro que foi retido pelos cofres públicos, por uma política que não se entende, do Governo do Estado.

É lamentável que tenhamos que fazer esta denúncia para que o funcionalismo, na hora e no momento de escolher os seus representantes — e já não é o meu caso, pode ser até deputado da ARENA que tanto tem aqui e que estão defendendo os seus interesses — eles saibam escolher.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Bem, Deputado, e o Poder Executivo dá um colorido todo especial a este tipo de mensagem numa conversa realmente interessante, mas uma conversa que serve “prá inglês ver”. Nós aqui somos brasileiros e felizmente há representantes dedicados e criteriosos como V. Exa. que nos apresenta, neste aparte, dados irrefutáveis que demonstram realmente a injustiça e o engodo.

Mas, Sr. Presidente, nós dizíamos que é exatamente o afunilamento verificado nos reajustes de apenas de 30 por cento aos servidores dos níveis 14 a 30, relativo aos Poderes Judiciário e Legislativo, e de 16 a 30 do Poder Executivo, respectivamente faixa em que se encontra pessoal de nível universitário e funcionários mais graduados que não conseguiram equilibrar seus orçamentos domésticos violentamente alterados em razão da inflação de 46,7 por cento, verificada no ano passado, a qual evidentemente hoje, em termos gerais, já ultrapassa a casa dos 55 por cento. Além de falhas já corrigidas pelas Comissões, nós pretendíamos corrigir o tratamento desigual que está sendo dados aos funcionários do Tribunal de Contas ocupantes dos cargos isolados de Bibliotecário, Motorista e Arquivista, os quais em situação anterior idêntica a outros colegas da parte suplementar, ex-integrantes do nível 19, foram contemplados com percentuais de majoração diverso do padrão atribuído na Mensagem a todos os demais figurantes de cargos em Comissão, dos funcionários dos três Poderes.

O que não conseguimos ainda entender, Sr. Presidente, e jamais iremos aceitar é discriminação de tal ordem. Por que essa exceção? Quando se discrimina três servidores com 30 por cento de aumento, enquanto que os demais terão reajustes de 50 por cento. Não conseguimos, evidentemente, entender esta injustiça flagrante. Através da emenda que propusemos, considerada e entendemos realmente, Sr. Presidente, inconstitucional, mas que tentamos justificá-la procurando argumentar que, se tratava de um equívoco por parte da Secretaria de Recursos Humanos.

Quanto ao pessoal que percebe vencimentos correspondentes aos níveis 14 a 30, urge o aprontamento da reclassificação de cargos, a qual Sr. Presidente, Srs. Deputados, já fôra anunciada para 1976 e que até agora não foi ainda implantada.

Finalmente vale ressaltar que os números contidos na Mensagem indicam que a média geral dos reajustes concedidos apesar de girar entre 30 a 79,9 por cento, e eu tenho a impressão que o Deputado Tolentino já fez o cálculo e ele gosta muito de cálculo, conforme foi amplamente divulgado, deixa de atingir 40 por cento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Nobre Deputado, se V. Exa. me permitir, é que não poderia ser menos do que 79,5 por cento porque se assim o fosse, quando em maio ocorresse a flutuação do salário regional, os primeiros níveis do quadro de pessoal do Estado ficariam aquém do salário-mínimo. E como a Constituição proíbe salário ou vencimento inferior ao mínimo regional, evidentemente que ocorreria novo acavalamento. É por isso que se fez esse percentual sobre o qual se procura fazer uma demagogia injusta.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — É isto o que nós não podemos aceitar, nobre Deputado, quando se explora, através dos órgãos de imprensa a serviço do Governo, que o funcionalismo teve um aumento em torno de 79,9 por cento, quando na realidade os cálculos que se fazem através das médias, nós realmente chegamos à conclusão de que não atinge 40 por cento de aumento.

O SR. MAURÍCIO FRUET — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Já concederei.

E o pior ainda, é que o Governo deveria evidentemente, ter procedido um aumento inclusive muito maior, como acabou de afirmar o Deputado Tolentino, para que pudesse pelo menos igualar, com o índice inflacionário verificado no ano de 1976. Tem o aparte o Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço a V. Exa. a citação de nosso nome, durante o seu pronunciamento.

Gostaria apenas, eminente Deputado, de destacar, que quando falamos em nome desta mensagem que hoje será submetida à apreciação da Casa em terceira discussão, nunca citamos o termo “aumento”. Por uma razão muito simples: há alguns

dias atrás, um alto funcionário desta República, falando em nome da União, perante um quadro negro, disse na televisão, que dados da Fundação Getúlio Vargas atestaram, que o custo de vida no Brasil, em 76 foi da ordem de 46 por cento.

Mas, que o Governo, para a felecidade geral dos funcionários federais daria um aumento de 30 por cento, porque seria a fórmula ideal de se combater o processo inflacionário em nossa terra.

Na verdade, Deputado Valter Pietrângelo, S. Exa. o Sr. Governador do Estado do Paraná, mandou à Assembléia Legislativa do Estado, uma mensagem para ser votada, concedendo uma diminuição no salário do funcionário público deste Estado, em 16 por cento. Nós já tivemos oportunidade de nos referirmos a isso, exaustivamente, e gostaríamos apenas de finalizando dizer, que este aparte foi mais um "jus sperniandis" em nome do funcionário público deste Estado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Tem o aparte o Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Lamentavelmente, Deputado, eu preciso vir em socorro de uma posição, que aliás eu havia me esquecido e com injustiça até. É o seguinte: até já fiz um requerimento e já passou por aí. Tenho falado, quem sabe parafraseando o Deputado Deni Schwartz, que o Governo do Estado não passa de delegado de Governo Federal. Não é só do Estado do Paraná, não é culpa dele, coitado, ele não tem culpa disso. Ocorre o seguinte: que sempre a diferença salarial que o funcionalismo do Estado receberá, evidentemente, que sobrecairá o imposto de renda na fonte, que será retido. Lógico, evidente, que é uma norma do regulamento do imposto de renda. Então, eu fico a indagar, como é que o funcionário público, que vai receber esta diferença numa só vez, poderá se eximir da incidência eventual, que regula o imposto de renda na fonte sobre rendimentos que ela possa ter num mês.

Não sei qual seria o "modus faciendi" mais adequado para eximir o funcionário público desta incidência.

E o governo, evidentemente, não pensou nisso, e não só não pensou, que não fez coisa nenhuma, para não só dirimir mas como também para ir à Receita Federal ou organismo, que não me ocorre agora o nome, que baixa normas para esse fim. E poderia ter gestionado junto à Secretaria da Receita Federal, este nome, para que o funcionalismo, para que ao receber a diferença nesses meses, ficaria isento — ou outro termo — que pudesse resguardar o pagamento do funcionário, para os cofres federais. Só com a diferença que o Governo Federal receberá do Paraná, quem sabe dê para ele pagar os 30 por cento de aumento do funcionalismo federal.

E é uma injustiça tão gritante, tão presente, tão doída que eu não sei de que forma o Governo do Estado vai se justificar. E não era só o nosso protesto, que tinha uma justificativa. O nosso protesto era fazer um apelo até patético, ao Governo do Estado, que se ele tiver interesse de preservar as finanças dos seus funcionários, dos servidores públicos do Paraná, se ele tiver interesse, se ele tiver sensibilidade para isso, a sua Assessoria, que nós temos criticado, está na hora de se eximir e de fazer uma posição de relevância, adotando um critério que seja justo e adequado, para que não cause a evasão dessas migalhas que o funcionário vai receber. É lamentável que isso possa ocorrer. Que possa não, que há de ocorrer! É lamentável, profundamente lamentável, que o Governo do Paraná que não tem tomado posições de Chefe de um Executivo, de norteador dos destinos deste Estado, está aí uma oportunidade até que ele se eximir do parco aumento que ele fez ao funcionalismo público, que aliás agora, não tem como se contestar que vai ser menos de 30 por cento, com essa retenção na fonte.

Muito obrigado.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Concordo plenamente com o Deputado Fidelcino Tolentino. Não é mais uma iniciati-

va sua, que beneficia realmente, se a classe que está com seus rendimentos inteiramente corroídos por uma série de fatores que aqui já foram citados. Entendo que deve chegar S. Exa. o Sr. Governador do Estado, de que ele tenha pelo menos boa vontade, de se interessar por esta sugestão; convoque a sua Secretaria da Fazenda, os seus técnicos e tente conseguir esse benefício ao nosso funcionalismo.

Concluindo, Sr. Presidente, entendo que o nosso Partido deverá continuar alerta para evitar manobras como estas que estão estampadas aí na Mensagem que estão colocando. Manobras especificamente com sentido eleitoreiro mas inteiramente em desfavor aos servidores públicos estaduais.

O Paraná, de um Orçamento de 6 bilhões, que para o ano seguinte vai ultrapassar a casa dos 12, propõe exatamente isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados: que aritmeticamente se chega à conclusão de que um aumento que não atinge a cifra de 40 por cento e que chega ao absurdo, ao desrespeito de efetuar uma promoção em torno dos 79,9 por cento. Entendo, finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é uma Mensagem de engano, de engodo. Acho que S. Exa. que vai dispor de recursos para tal fim, deveria realmente ter procedido dessa forma mas por cifras diferentes, por números diferentes: em vez de 30 por cento, 79 por cento, aí o funcionalismo teria um aumento justo.

O funcionalismo queria como uma das primeiras medidas, dentre tantas que deverão ser tomadas, para que haja um pouco de justiça e de moral, nisso tudo, que se partisse de 70 a 120, 140 por cento, já de antemão.

Apesar disso tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho louvável o esforço, o interesse, o trabalho, da Secretaria de Recursos Humanos.

Queira Deus, possamos receber a reclassificação! Que tantas injustiças, tantos crimes, contra o funcionalismo público do Paraná possam ser reparados, nem que sejam reparados gradativamente, mas que sejam reparados.

Era o que tínhamos a dizer. — (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As eras mudam, as decorrências do tempo se repetem. E na constância da caminhada milenar, verifica-se que os pecados ocorrem de forma diferente. Entretanto, eles ocorrem.

Vivemos, como disse o nobre Deputado Valter Pietrângelo, de outra forma, uma era realmente de engodo, de mistificação, de falta de planejamento. Vivemos uma era perigosa.

Antigamente, jogava-se os cristãos aos animais, para que estes os devorassem. Hoje, joga-se o povo à miséria, para que eles se devorem por si mesmos.

Nunca houve, nestes 13 últimos anos, um ano de carga inflacionária tão violenta, como o ano de 1976. A cada dia que passava, via-se mais minguados os recursos do povo, mais difícil a sobrevivência, não só do povo do Paraná, mas do País inteiro.

Os tecnocratas do Governo Central, no final de 76, em dezembro, anunciavam as maiores apoteoses de inflação, e permitiam que elas ocorressem.

E os órgãos oficiais chegaram a dizer, afirmar e provar, desprezando, evidentemente, uma parcela dessa inflação, que o custo de vida subiu a 46 por cento, em apenas 12 meses.

O Conselho Interministerial de Preços, abriu as listas — como se fosse fita de cinema — e determinou tabelamento nos gêneros de primeira necessidade, como se quisesse aparecer como um órgão salvador de um povo faminto e de estômago cada vez mais vazio.

Entretanto, não passou de um engodo do organismo responsável pela manutenção dos preços, para que o povo possa subsistir com aquilo que recebe, que vinha recebendo e que recebia, como pagamento por seu trabalho. O Governo fazia uma demonstração, à Nação, que apertaria o cinto, no final do

exercício de 70, para que em 77, a inflação fosse contida.

E, entretanto, se os tecnocratas deste Governo, tiverem a coragem de mostrar a este País quanto subiu o custo de vida nestes três meses, verão que o Governo não fez outra coisa, se não, dar o paliativo de esperança ao povo brasileiro, que não tem mais condições de subsistir.

Porque na realidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste primeiro trimestre de 77 o custo de vida alcançou mais de 30 por cento de inflação.

E agora vemos aqui um segundo pecado em pouco menos de 4 meses. Submetida ao ato irreverente e sem condições de contestação deste Parlamento, desta Casa representativa do povo do Paraná, representativa do professor, representativa do funcionário público deste Estado, não há como contestar.

É Governo todo poderoso, é gerente de capitania, é donatária de Poder. Mas, estamos aqui para referendar, queira ou não, os pecados que se cometem contra multidões laboriosas. Como é o caso do funcionalismo público do Paraná. Recebem, no todo, numa divisão perfeita, muito menos de 30 por cento de aumento de vencimentos enquanto o próprio Governo afirma, através dos órgãos mais responsáveis, que só no ano de 1976, tivemos 46 por cento do aumento do custo de vida. "Salve-se quem puder". Se antes era a arena de Nero, hoje é a ARENA de um Governo que não entende o sacrifício de um povo. E, o pior, que este povo não tem direito de reclamar, não tem direito de se queixar. Que se aperte o cinto do funcionalismo público do Paraná.

E tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a nós, os homens escolhidos, é nos dada a responsabilidade de defender os direitos do povo. Não temos outra condição se não sairmos daqui, todas as vezes, de sentimento maculado, sairmos até envergonhados porque não temos força, não temos condições e não temos meios para fazer a nossa palavra valer como medida de justiça que o povo quer.

Vai ser votada a mensagem do Sr. Governo do Estado. Vai ser estabelecido o novo salário do funcionário público deste grande Paraná. E, com este acontecimento, retrata-se e clarividencia-se não só maior miséria para o servidor público deste Estado, mas o pior, menor condição deste Estado ter funcionários honestos, dignos e honrados, porque funcionários mal pagos não podem produzir aquilo que o Estado merece receber de sua atividade.

Se o Estado existe, nasceu depois. Nasceu como instituição de defesa e de planejamento do seu povo e não para escravizá-lo na forma como vem acontecendo no caminhar e na constância destes anos.

Que se registrem as minhas palavras de protesto a uma mensagem que constitui, acima de tudo, mais um pecado deste Poder.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o Projeto de Lei número 12/77. Encerrada a discussão. — Em votação as emendas substitutivas apresentadas ao Projeto de Lei número 12/77 pela Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, requeiro a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere.

O Sr. 1º Secretária fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para constar quorum regimental.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (procede a chamada dos Srs. Deputados, para verificação de quorum). (Renovando a chamada dos Srs. Deputados que deixaram de responder anteriormente)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Aham-se presentes 34 Srs. Deputados. Havendo número legal, em votação as emendas apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça. A que substitue a redação do Artigo 9º. — (Lê a emenda). — Aprovada.

Em votação a emenda que substitue na parte final da Tabela 6. — (Lê a emenda.). — Aprovada.

Em votação a emenda substitutiva apresentada em Plenário pelos Srs. Deputados Accioly Neto e Luiz Alberto Oliveira, em segunda discussão, que substitue o Artigo 10, e seu parágrafo único. — (Lê a emenda.). — Aprovada.

Em votação a emenda apresentada hoje em Plenário ao Projeto de Lei número 12/77, de autoria dos Srs. Deputados Accioly Neto e Luiz Alberto Oliveira. — (Lê a emenda). — Aprovada.

Em votação o projeto. — Aprovado.

A Presidência informa aos Srs. Deputados que em decorrência da apresentação e aprovação de emenda em 3ª discussão, nos termos do Artigo 147 do Regimento Interno, anuncia para 4ª discussão e votação o Projeto de Lei número 12/77 para a Ordem do Dia de amanhã.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Oswaldo Moreira Montenegro, membro de prestigiosa e tradicional família da cidade da Lapa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo passamento do Sr. Vicente Alencar Barbosa, genitor do Deputado Federal Alencar Furtado, ocorrido na cidade de Fortaleza. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piêtrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo desaparecimento de Luiz e Clemente Percegon, ocorrido no último dia 24, vítimas de brutal latrocínio. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pittelli, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo pela passagem, dia 29, amanhã, do aniversário da cidade de Curitiba, assim como a inserção nos Anais, do comentário do jornalista José Wanderley Dias, publicado na edição de hoje da "Gazeta do Povo", sob o título "Minha Curitiba dos Parabéns". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Segurança do Paraná, no sentido de que medidas urgentes sejam tomadas para fortalecer o policiamento da comarca de Ubatã, para maior e melhor proteção da população. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 12/77.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 139/76.

E marcando ainda, uma sessão extraordinária, para o dia 29, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 138/76.

Levanta-se a sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 155/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1436, de 11 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

prover Nanci Terezinha Kotelak, para o cargo de provimento em Comissão, de Chefe de Gabinete da Presidência desta Assembléia, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 156/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1436, de 11 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo número 120/75, de 12 de março de 1975, na parte a que se refere à designação do funcionário NORBERTO HUSCH, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Motorista do Gabinete da 1ª Vice-Presidência.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 157/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1436, de 11 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para os cargos abaixo especificados do Gabinete da Presidência.

ASSESSORES DE GABINETE

ACIR TEIXEIRA

IRANI CARINI

OFICIAIS DE GABINETE

LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA

MAURÍCIO GONÇALVES

AUXILIARES DE GABINETE

LUIZA ZACK VIANTE

CENIRA DOS SANTOS FREITAS

MARIA JOSÉ TÁVORA GIL BELÉM

MOTORISTA DE GABINETE

NORBERTO HUSCH

JOEL DA SILVA NATAL

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de um mil novecentos e setenta e sete, às dezessete horas e quinze minutos, contando com as presenças dos senhores deputados Werner Wanderer, Lázaro Dumont, Jayme Rodrigues Carvalho e Egon Pudell, reuniu-se na Sala das Comissões os parlamentares indicados pela Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro respectivamente, para instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Terras, Imigração e Colonização. De acordo com o Regimento Interno assumiu a Presidência o senhor deputado Egon Pudell, dando início aos trabalhos procedida a eleição e verificada a votação; por unanimidade foram eleitos os senhores deputados Egon Pudell e Jayme Carvalho, para a Presidência e Vice-Presidência da citada Comissão. Usando da palavra, falando em seu nome e em nome do Senhor Vice-Presidente, o senhor deputado Egon Pudell agradeceu a confiança de seus nobres pares e ressaltou o seu propósito de conduzir esse órgão técnico da Casa, dentro do regime de trabalho e dignidade legislativa e a seguir deixou livre a palavra e como ninguém fizesse uso da mesma, o Senhor Presidente estabeleceu que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas a existência de matéria de sua competência. Na oportunidade indicou para secretariar a Comissão o funcionário Agildes de Oliveira Martins. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim, Secretário, para que produza os efeitos legais.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1977.

(aa) EGON PUDELL

Presidente

Agildes de Oliveira Martins — Secretário